SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE

O IBGE ATUAL OBJETIVOS E FORMAÇÃO HISTÓRICA

IBGE

Presidente: Jessé Montello

Diretor de População e Social:
Valeria da Motta Leite

Diretor de Economia:
José Welisson Rossi

Diretor de Agropecuária, Recursos Naturais e Geografia:
Amaro da Costa Monteiro

Diretor de Geodésia e Cartografia:
Mauro Pereira de Mello

Diretor de Administração:
Aluizio Brandão de Albuquerque Mello

Diretor de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal:
Elias Paladino

Diretor de Informática:
Renato Galvão Flôres Júnior

O IBGE ATUAL - OBJETIVOS E FORMAÇÃO HISTÓRICA

Coordenadoria de Planejamento e Projetos Especiais - CPE

S U M Á R I O

I - O IBGE e o Sistema Nacional de Planejamento

II - O IBGE atual: Objetivos e Áreas de Atuação

III - Histórico da Formação do IBGE

I - O IBGE E O SISTEMA NACIONAL DE PLANEJAMENTO

Doutrinariamente, um Sistema de Planejamento pode ser definido como resultante do esforço de sistematização e racionalização do processo decisório que tem como principal propósito a obtenção da unidade e da harmonia da ação administrativa governamental e dos agentes privados, visando promover o desenvolvimento econômico e social.

A institucionalização de um Sistema de Planejamento implica na existência de um grupo de agentes, grupo capaz de animá-lo e de lhe dar consistência, bem como a criação de uma série de funções - instrumento, capazes de o municiarem. O potencial operativo do sistema, para própria implementação e ampliação, depende de um instrumento essencial, a Informação.

No caso específico brasileiro, a Informação nos campos demográficos, economico-social, geográfico, geodésico-cartográfico e da sistematização de informações sobre recursos naturais e meio ambiente é de responsabilidade da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

O IBGE é, portanto, o principal órgão de suporte informacional do país, inserindo-se e posicionando-se, pelo exercício de sua função básica, como parte integrante do Sistema Nacional de Planejamento e, em última análise, do próprio Sistema de Administração Pública, que constitui seu ambiente, afetando-o e sendo por ele afetado. Está, assim, em condições de provocar mudanças de natureza operacional e administrativa, aprimorando o processo de planejamento existente e se adaptando a ele.

De modo mais explícito cumpre o IBGE sua missão precípua junto ao Sistema Nacional de Planejamento, na medida em que:

a) as atividades desenvolvidas nos diversos campos de sua atuação constituem insumos básicos às ações de planejamento propriamente dito (formulação de diretrizes políticas, de

planos, de programas, de projetos), à modernização administrativa, à programação e execução orçamentárias e às relações governamentais, oferecendo informações oportunas e consistentes, organizadas de forma-sistêmica, para tomada de decisões, sejam de cunho predominantemente político ou técnico;

b) além de municiá-lo, de forma permanente e racional, é capaz de exercer interferência corretiva no processo de planejamento, evidenciando possíveis distorções na ação governamental através de análises resultantes da mensuração da realidade social;

c) a curto prazo, oferece informações, de natureza conjuntural, necessárias ao acompanhamento do que se passa no espaço social e, consequentemente, possibilita àqueles que detêm o poder político, a rápida tomada de decisões.

d) a médio e longo prazos, proporciona, indicações de natureza estrutural, possibilitando a introdução de correções na ação governamental, em termos de novas diretrizes políticas, programas e projetos;

e) colabora com a integração vertical dos diferentes níveis de decisão e de atuação do Governo, consolidando informações primárias na agregação adequada às necessidades dos diferentes escalões da ação de planejamento;

f) possibilita a elaboração, por parte de outros usuários dos setores públicos e da iniciativa privada, de macro e micro - análises da realidade do espaço-social brasileiro.

g) desenvolve internamente tecnologia compatível e adequada no que respeita à geração, guarda, tratamento, recuperação e disseminação da informação, bem como cria e racionaliza métodos e técnicas relacionados com a informação, propriamente dita, e com o segmento de documentação.

O elenco de informações produzidas pelo IBGE é o constante do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, aprovado pelo Decreto nº 74.084, de 20.05.74, abrangendo as seguintes áreas:

a) estatísticas primárias (contínuas e censitárias);
b) estatísticas derivadas (indicadores econômicos e sociais, sistemas de contabilidade social e outros sistemas de estatísticas derivadas;
c) pesquisas, análises e estudos estatísticos, demográficos, geográficos, geodésicos e cartográficos;
d) levantamentos goedésicos e topográficos, mapeamento e outras atividades cartográficas;
e) sistematização de dados sobre meio ambiente e recursos naturais, com referência à sua ocorrência, distribuição e freqüência.

As estatísticas primárias e derivadas constituem a atividade estatística em si, primeira e básica desde o nascedouro da Instituição, e se desdobram em pesquisas censitárias e estatísticas contínuas.

Em relação às pesquisas censitárias, em períodos decenais, nos anos de final zero, é realizado o Censo Demográfico, também denominado Censo da População ou de Domicílios, que investiga as principais características das pessoas, das famílias e dos domicílios, segundo sua distribuição espacial, permitindo o conhecimento pormenorizado das condições sócio-econômicas da população brasileira.

Nos anos de final zero e cinco são, também realizados os Censos Econômicos (Agropecuário, Industrial, Comercial e dos Serviços), que representam a mais completa investigação sobre a organização e desenvolvimento das atividades rurais e das atividades de produção e distribuição de mercadorias e serviços no Brasil. Integram os Censos Econômicos, ainda, inquéritos especiais sobre produção e distribuição de energia elétrica; transportes rodoviário, ferroviário, hidroviário, aéreo e outros; instituições financeiras; seguros e capitalização; comunicações; abastecimento de água e esgotamento sanitário; limpeza pública e remoção de lixo.

No tocante às estatísticas contínuas, o IBGE vem dando continuidade a um extenso programa de pesquisas regulares, empenhando-se, ao mesmo tem -

II - O IBGE ATUAL: OBJETIVOS E ÁREAS DE ATUAÇÃO

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, órgão integrante da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, tem suas atividades definidas na Lei nº 5.878, de 11-5-73, que estabelece como seu objetivo básico "assegurar informações e estudos de natureza estatística, geográfica, cartográfica e demográfica, necessários ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País, visando, especialmente, ao planejamento econômico e social e à segurança nacional".

A importância do IBGE tem sido notória e crescente, ao largo de sua existência, não só em razão dos trabalhos executados no sentido de retratar com fidelidade a realidade brasileira, mas, também, por seu constante ajustamento às exigências da expansão nacional, produzindo informações e estudos atualizados, em maior volume, complexidade, precisão e rapidez.

Como suporte disso, a aplicação de técnicas automatizadas, ou seja, a utilização de métodos de informática, tem sido a solução encontrada para tornar mais ágil o processamento do acúmulo de informações, com sensível redução do tempo entre a observação de campo e a disponibilidade dos dados, possibilitando, por outro lado, a implantação de novos projetos de mensuração, acompanhamento e controle da realidade nacional em níveis mais amplos e complexos. Além disso e com vistas à alcançar o alto padrão das informações que produz, bem como o atendimento a usuários, a Instituição mantêm curso de graduação em estatísticas e cursos, em nível médio, de estatística, geodésia, cartografia e processamento de dados, bem como diversos cursos destinados ao aperfeiçoamento de seus profissionais. As atividades de ensino são desenvolvidas por intermédio da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, fundada em 1953.

Como apoio logístico necessário à consecução do seu objetivo básico, o IBGE conta com ampla estrutura administrativa, estendida a todos os Estados, com funcionamento de uma Delegacia em cada capital e cerca de 900 agências de coleta, instaladas nos municípios mais representativos de cada Unidade da Federação.

dica, radiofusão e televisão, empresas editoras de livros e folhetos, mu - seus, associações desportivas, movimento policial, incêndios, acidentes de trânsito, suicídios e tentativas, separações judiciais, corpo de bombeiros, estabelecimentos prisionais, assistência a desvalidos, movimento sindical , meio de hospedagem, empresas de transporte rodoviário, pesca e pesquisas sobre vários outros assuntos. Os resultados desses inquéritos são regularmente divulgados no Anuário Estatístico do IBGE e, em alguns casos, em publicações especiais.

No campo das estatísticas derivadas, os projetos principais referem-se ao desenvolvimento de trabalhos no setor de demografia, à ela - boração de sistemas de indicadores sociais e econômicos, à Matriz de Relações Interesetoriais, à Matriz Energética, assim como à Matriz Siderúrgica.

Quanto aos indicadores, além dos citados anteriormente (de estatísticas vitais, de emprego e desemprego e os conjunturais da indústria), de grande importância é a produção mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC que, por seu uso generalizado e, em particular, por sua aplicação nos reajustes salariais, afeta, direta ou indiretamente, a vida de todos os brasileiros.

No âmbito da demografia, especificamente, vêm sendo desenvolvidos projetos ligados ao levantamento e construção de tábuas de mortalidade e de fecundidade, às migrações e distribuição espacial da população, à urbanização, a estudos de relações econômico-demográficas, a estudos sobre novas fontes e métodos para coleta de estatísticas vitais e às projeções de população.

Na área da geografia, embrião também das atividades primeiras da Instituição, com o objetivo de fornecer informações concernentes à dimensão espacial do desenvolvimento nacional, são efetuados estudos que identificam a localização, a distribuição, a extensão e o inter-relacionamento da população, dos elementos do quadro natural e das atividades sócio-econômicas. Esses trabalhos descrevem as escalas que assumem os diversos fenômenos sócio-econômi - cos, como a urbanização, a industrialiação, a regionalização, apontando as dimensões espaciais dos problemas do desenvolvimento, como, por exemplo, os problemas das desigualdades regionais, de urbanização, de ocupação das áreas vazias, de difusão da modernização tecnológica na agricultura, e de organização do sistema urbano. São, ainda, elaborados estudos com vista à definição de

po, em dinamizar áreas consideradas prioritárias, que incluem levantamentos de natureza diversa (domiciliares, industriais, agropecuários, etc.)

Dentre os domiciliares, deve-se distinguir a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, que tem por objetivo atualizar e complementar, anualmente, os dados levantados pelo Censo Demográfico, visando a fornecer aos órgãos de planejamento públicos e privados subsídios para o estudo do desenvolvimento sócio-econômico do País.

Merece também, citação especial a Pesquisa Mensal de Emprego que investiga, por amostragem, a estrutura de trabalho da população, propiciando elementos para a elaboração de índices mensais de emprego e de desemprego e de outras características da mão-de-obra. O acompanhamento desses indicadores permite avaliar as flutuações e a tendência, a média e a longo prazos, do mercado de trabalho nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife.

Por outro lado, os vários aspectos da produção agropecuária são acompanhados pelo IBGE por meio de uma série de pesquisas contínuas sobre o setor, de periodicidades diversas, destacando-se o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, que acompanha, mensalmente, as safras dos produtos agrícolas prioritários e fornece, ao final de cada ano civil, as estimativas de colheita desses produtos, a nível nacional.

A indústria, por sua vez, é, hoje em dia, o setor da economia brasileira com melhor cobertura de informações. Além do Censo Industrial, de periodicidade qüinqüenal, são realizadas duas outras pesquisas, uma mensal e uma anual. A mensal abrange as indústrias de transformação e de extração de minerais e visa a obtenção de indicadores econômicos industriais, que se constituem em importantes elementos para a análise e interpretação da tendência de crescimento do setor industrial em seus múltiplos aspectos, e para a avaliação dos efeitos sobre o setor das medidas de política econômica adotadas pelo Governo. A anual, de caráter mais amplo, visa a proporcionar aos setores públicos e privados, nos intervalos intercensitários, informações estatísticas sobre as atividades industriais.

Na programação do IBGE inclui-se, ainda, a coleta sistemática de informações referentes a inúmeras outras atividades, tais como: assistência médico-sanitária, abastecimento de água, rede de esgotos, serviços de limpeza pública, ensino primário, ensino médio, ensino superior, imprensa perió-

III - HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO IBGE

. Diretoria Geral de Estatística

Para que se possa entender o papel da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística nos dias de hoje é necessário voltar no tempo e acompanhar as transformações que ocorreram na obtenção das Estatísticas Nacionais, desde a criação da Diretoria Geral de Estatística, em 1º de agosto de 1872.

Na verdade, aquela Diretoria foi criada com o fim de proceder, no tempo do Império, ao recenseamento geral da população, constituindo-se, dessa forma, no primeiro órgão coordenador e sistematizador das atividades ligadas aos levantamentos estatísticos.

Terminado o recenseamento a atuação da Diretoria Geral de Estatística reduziu-se bastante, e, conseqüentemente, a obtenção de estatísticas a nível nacional ficou prejudicada tanto na qualidade, como também na periodicidade dos levantamentos.

Mais tarde, com o advento da República, o regime federativo adotado garantia aos governos da União, dos Estados e Municípios a liberdade e o direito de organizar o seu sistema administrativo de forma autônoma.

Nesse contexto os serviços de estatística das três esferas administrativas possuíam plena liberdade de organizar, planejar e executar o levantamento das informações necessárias ao conhecimento da realidade econômica e social da área sob sua jurisdição.

Na medida em que não havia um órgão central que coordenasse os trabalhos, o nível técnico dos mesmo diferia bastante, dado que os conceitos e formas de coleta adotadas não possuíam uma padronização.

Além desse fato, a multiplicidade de levantamentos com o mesmo objetivo cansava o informante e produzia, muitas vezes, resultados conflitantes, além de despediçar esforços e pessoal.

divisões regionais e Atlas de âmbito nacional, estadual e regional, para fins diversos.

No campo de Recursos Naturais e Meio Ambiente, área recente de atuação do IBGE na produção e análise de informações, são desenvolvidos estudos relacionados com metereologia e clima, paisagem e relevo, geologia e solos, hidrologia e drenagem, florestas e outros recursos vegetais, fauna e poluição.

Além disso, diversos cadastramentos estão se processando, nessa área, distinguindo-se: o das principais espécies nativas do Brasil de importância econômica; o de parques e reservas biológicas, nacionais e estaduais; o de dados sobre florestamento e/ou reflorestamento no Brasil.

Procede-se, também, ao levantamento da fauna da Amazônia, (aves, mamíferos, répteis e anfíbios), procurando-se traçar sua distribuição geográfica e indicar áreas que devem permanecer em seu estado natural, podendo-se citar, ainda, os levantamentos efetuados na Reserva Ecológica do IBGE, no Distrito Federal, que consistem em identificar e analisar as espécies animais terrestres, dos principais tipos de comunidades, materiais e antrópicos dessa Unidade da Federação e a flora e áreas de inundação e proteção do futuro lago do rio São Bartolomeu, localizado próximo a Reserva.

No que se refere às atividades Geodésicas e Cartográficas, sua caracterização, em termos de IBGE, foi melhor definida pelo Decreto nº 74.084, de 20/05/74, que instituiu o "Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas" cabendo-lhe, no âmbito dos levantamentos geodésicos, os trabalhos de triangulação geodésica de precisão de 1a. ordem, poligonação de precisão de 1a. ordem, nivelamento de alta precisão, estabelecimento de estações pelo rastreamento de satélites artificiais. Quanto aos trabalhos cartográficos, compete-lhe a elaboração de mapeamento em escalas topográficas, de mapas e cartas em escalas geográficas gerais, dos especiais, de mapas do Brasil em diferentes escalas, de mapas temáticos e de mapeamento com base em sensoriamento remoto, e em imagens tomadas de satélites, aeronaves ou por outros meios.

Em atendimento aos objetivos explicitados por instrumentos legais, vem sendo normalmente executados os seguintes projetos: Apoio Fundamental; Mapeamento Básico em Escala Topográfica; Mapeamento Básico em Escala Geográfica; Mapeamento Temático e Especial; Documentação Cartográfica de Uso Geral.

A par destas tentativas na referida Diretoria, um fato muito importante que ocorreu na trajetória em prol da melhoria das estatísticas nacionais foi a realização dos Convênios de Estatísticas Educacionais e Conexas.

Assinadas em 20 de dezembro de 1931, tais convênios visavam o levantamento das estatísticas educacionais e conexas pelo Serviço de Estatísticas da Educação e Cultura (SEEC), mediante acordo de cooperação interadministrativa, deste órgão com os Serviços de Estatísticas da União, do Distrito Federal, Estados e Território do Acre.

Cabe registrar o importante papel desempenhado pelo Dr. Teixeira de Freitas, que na época dirigia o SEEC. Sua atuação como coordenador na implantação dos Convênios à frente do referido órgão fez com que as estatísticas obtidas ao final dos trabalhos revelassem a real situação do ensino brasileiro.

O êxito dos convênios foi tão grande que demonstrou, na prática, que o princípio do Decreto nº 6.628, ou seja, um órgão central exercendo ação coordenadora e, num segundo nível, órgãos executores, pertencentes as diferentes esferas administrativas, era viável e, portanto, poderia ser estendido a outros ramos da Estatística.

Assim é que, em 1932, atendendo solicitação do Ministro da Educação, o Dr. Teixeira de Freitas apresentou um anterpojeto de lei com o fim de integrar os Serviços de Estatística no País. Na introdução do referido projeto era explicitada a situação caótica em que encontravam os Serviços de Estatísticas no Brasil, expressivamente colocada no seguinte parágrafo:

"O Brasil, lamentavelmente, ainda é um país que ignora quase tudo de si mesmo. Os dados com que se possa caracterizar qualquer aspecto da vida nacional, ou não existem, ou são difíceis de encontrar, ou se acham elaborados fragmentária e lacunosamente, ou são antiquados, ou se contradizem, quando não se distanciam da verdade. E as indicações sintéticas das condições existenciais do país, que todos os povos cultos mantêm sempre em dia, nos seus mapas geográficos, físicos e políticos, e nos seus Anuários Estatísticos, o Brasil praticamente não as possue, porque só se podem assinalar neste particu

Assim, reunir as informações prestadas por estes difetentes órgãos num quadro único nacional, era praticamente impossível.

Vários esforços foram feitos no sentido de restabelecer a ação coordenadora da Diretoria Geral de Estatística e, através dela, racionalizar a obtenção das estatísticas nacionais.

Uma das pessoas que mais trabalhou neste sentido foi o Dr. José Luiz Saião de Bulhões Carvalho e, sem dúvida, sua ação como Diretor da Diretoria Geral de Estatística, favoreceu a edição do Decreto nº 6.628, de 05 de setembro de 1907.

Este Decreto reformulava os estatutos da Diretoria atribuindo-lhe a competência de executar todos os trabalhos ligados a área de levantamentos estatísticos com exceção dos que já estivessem a cargo das repartições especiais existentes.

O mesmo Decreto criava ainda o Conselho Superior de Estatística, cuja principal tarefa era a de coligir, coordenar e uniformizar os trabalhos preparados pelas repartições especiais já citadas.

Conforme se pode observar haveria um órgão central com função orientadora e os demais órgãos no papel de executores quer fossem da esfera federal, estadual ou municipal, formando uma unidade na produção das estatísticas nacionais.

Era, portanto, o primeiro passo no sentido de organizar o Sistema Estatístico Nacional.

Apesar de todos os esforços desenvolvidos, as alterações introduzidas pelo Decreto nº 6.628 não produziram a melhoria esperada.

A Diretoria Geral de Estatística passou por outras mudanças, sendo todas com o objetivo de fazer funcionar de forma harmoniosa, o sistema estatístico proposto no Decreto nº 6.628.

lar, entre nós, tentativas insuficientes e sem a desejável continuidade e perfectibilidade."

Para resolver esta situação, Dr. Teixeira de Freitas propunha uma reforma da qual destacamos as seguintes premissas básicas:

" - A aproximação e conjugação dos serviços de estatísticas e cartografia;

- A federalização dos serviços estatísticos brasileiros em um sistema sui-generis - O Instituto Nacional de Estatística e Cartografia;

- A imediata execução, com absoluta segurança de resultados e com a necessária presteza, do primeiro inquérito de estatística geral no Brasil;

- As alterações a serem feitas inicialmente nos serviços filiados ao Instituto seriam mínimas;

- Criar um órgão sob direção colegial, com a separação das funções consultivas e executivas e distribuição destas em dois graus, um superior para a organização nacional no seu conjunto, e outro subordinado ao primeiro, com tantos órgãos quantas as organizações regionais a enfeixar o sistema;

- Garantir a obrigatoriedade e um sistema rígido de prazos, para a coordenação e publicação dos elementos estatísticos ora existentes e dos que forem sendo coletados;

- Criar condições para a elevação do nível de especialização técnica e de produtividade do pessoal permanente dos Serviços de Estatística".

Em resposta a este projeto, foi criada uma comissão interministerial com o objetivo de estudar um plano de coordenação dos Serviços Nacionais de Estatística.

O anteprojeto encaminhado por esta comissão em 28 de outubro de 1933 tinha como pressupostos básicos:

" - a criação de um sistema bem articulado e fortemente travejado, onde deveriam mover-se, ao mesmo tempo com a autonomia legítima e a interdependência necessária, todas as atividades brasileiras em matéria de estatística, no seu quádruplo desdobramento (atividades públicas federais, estaduais, municipais e atividades particulares).

- a instituição de um forte e adequado órgão de comando, tanto no sentido da propulsão como no da unificação.

- a criação, em tal sistema e sob tal direção, de um regime e ambiente propício ao surto progressivo e à plena eficácia de todos os demais movimentos saneadores e renovadores da estatística nacional".

Mas nem todos os órgãos da administração existentes à época provaram estas idéias. Houve bastante reação e, só bem mais tarde, baseado no parecer do Ministro da Agricultura Dr. Juarez Távora, é que Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, assinou o Decreto nº 24.609, de 6 de julho de 1934, dando existência ao Instituto Nacional de Estatística.

O objetivo a ser atingido com a criação do referido Instituto era o de promover e fazer executar, ou orientar tecnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais, a partir da progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República, bem como da iniciativa privada.

Por outro lado as estatísticas elaboradas sob a responsabilidade do Instituto deveriam obedecer a planos de conjunto anualmente fixados e "aproximar-se tanto quanto possível dos melhores padrões que a técnica estatística aconselhar além de procurar atender aos acordos internacionais firmados, respeitadas as necessidades e contingências peculiares à vida brasileira".

O modo empregado para a efetivação da proposta seria a realização de convênios especiais ou de uma Convenção Nacional de Estatística onde os governos da União, dos Estados e dos Municípios e Entidades privadas firmariam a cooperação interadmistrativa para fins de levantamentos estatísticos.

Apesar de todos os esforços, somente a 29 de maio de 1936 é que ocorreu a instalação do Instituto Nacional de Estatística, diretamente subordinado à Secretaria da Presidência da República.

Em 11 de agosto de 1936, o decreto 1.022 aprovava e ratificava a Convenção Nacional de Estatística, e o decreto 1.200, de 17 de novembro de 1936, regulamentava a constituição e o funcionamento do Conselho Nacional de Estatística como uma entidade colegiada com a competência de orientar e dirigir as atividades do Instituto Nacional de Estatística, concretizando, assim, a proposta do Dr. Teixeira de Freitas.

Dois anos após, em 26 de janeiro de 1938, pelo Decreto-Lei nº 218, o Instituto Nacional de Estatística e o Conselho Brasileiro de Geografia passaram a formar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, favorecendo o conhecimento do Território Nacional, através do mapeamento do espaço geográfico brasileiro e da obtenção de estatísticas nacionais.

. Criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Conforme se viu anteriormente, a criação do IBGE resultou da necessidade de coordenação geral das atividades estatísticas e geográficas desenvolvidas pelos órgãos componentes das esferas governamentais federal, estadual e municipal.

Para fazer face a esses objetivos no que se refere a área de levantamentos estatísticos, o Conselho Nacional de Estatística, como um órgãos colegiado, foi estruturado da seguinte forma:

I - ÓRGÃO ADMINISTRATIVO
- Secretaria Geral do Conselho

II - ÓRGÃOS DELIBERATIVOS
- Assembléia-Geral
- Junta Executiva Central
- Juntas Executivas Regionais

III - ÓRGÃOS OPINATIVOS
- Comissões Técnicas
- Corpo de Consultores Técnicos

IV - ÓRGÃOS EXECUTIVOS
- Organização Federal
- Organização Regional
- Organização Local

Como órgãos deliberativos, a Assembléia Geral, a Junta Executiva Central e as Juntas Executivas Regionais, representaram um papel muito importante no desenvolvimento e na implantação do Sistema Estatístico Nacional.

As resoluções desses órgãos mostram o esfôrço desenvolvido em prol da Estatística Brasileira e documentam a história do IBGE.

O papel dos órgãos opinativos foi também muito importante porque reuniram pessoas de renome da Estatística Brasileira, cuja função era, através de técnicas estatísticas, aperfeiçoar a obtenção das estatísticas em todos os campos.

Os órgãos executivos, por sua vez, a partir das decisões encaminhadas pelos órgãos deliberativos, tinham como atribuição colocar em prática a coleta das informações, usando para isso as Agências Municipais de Estatística.

Considerando o grande número de órgãos envolvidos no desempenho dos trabalhos, a Assembléia Geral de 30 de dezembro de 1936, estabeleceu na Resolução AG/nº 7 as normas gerais para a colaboração dos Sistemas Estatísticos Regionais com o Federal.

Nesse sentido o campo da estatística nacional, abrangendo todas as pesquisas do âmbito nacional e de interesse do Governo da União, foi integralmente distribuído em tantos grandes setores quantas as Repartições Centrais existentes à época da organização federal do Instituto, competindo a cada uma destas realizar ou orientar e coordenar, direta ou indiretamente, para fins de estatística, todas as investigações, cadastros e levantamentos que se enquadrassem no respectivo setor.

Para isso as Repartições Centrais de Estatística promoveriam o levantamento regular e satisfatório, de cada uma das estatísticas pertencentes ao seu setor, usando os formulários já em uso ou que viessem a organizar.

Os órgãos da organização regional teriam autonomia para acrescentar outros tópicos ao questionário, desde que este contivesse, com o mesmo significado, todos os quesitos a serem investigados pelos Órgãos Federais de Estatística.

Com relação a obtenção da informação, esta deveria ser feita da forma mais direta possível, seja por meio de agentes municipais, seja por meio de agentes itinerantes, sendo que ambos deveriam vencer os embaraços, bem como criticar no local as informações obtidas.

Com relação à divulgação de resultados definitivos dos quadros estatísticos pelas repartições regionais, estes só poderiam ser divulgados após o aval das Repartições Federais.

Esquema Fundamental da Ordenação dos Assuntos da Estatística Brasileira

Para controlar a multiplicidade de inquéritos com objetivos similares que eram realizados pelos diversos Serviços de Estatística, an-

tes da criação do IBGE, a Estatística Brasileira foi subdividida em grandes assuntos, e, para cada um deles, foi definido também qual a Repartição Central responsável.

Assim é que a Resolução nº 7 da Assembléia Geral, já citada, definiu um esquema fundamental a partir das estatísticas levantadas sob a responsabilidade de cada uma das Repartições Centrais, fornecendo a Primeira Ordenação Geral dos Assuntos da Estatística Brasileira, subdividida nas partes A e B.

A parte A dizia respeito à Caracterização Físico-Demográfica, compreendendo a Situação Física, o ambiente Geomórfico, ambiente Climático, e as Riquezas Naturais, e a Demografia Dinâmica.

Já a parte B, pretendia a caracterização "sociográfica", compreendendo a situação econômica, situação social, situação cultural e situação administrativa e política.

Este esquema foi mantido por bastante tempo, até que, por volta do ano de 1962, a Assembléia Geral, na sua Resolução AG/nº 783, de 7 de junho, propõe a revisão deste esquema a partir da definição das estatísticas básicas para o planejamento nacional.

A efetivação dessa proposta se dá um ano mais tarde, através da Resolução nº 763, de 7 de junho de 1963, da Junta Executiva Central, após estudo da Comissão Técnica de Revisão e Aperfeiçoamento das Campanhas Estatísticas (CTRACE).

A nova ordenação dos Assuntos da Estatística Brasileira, ficou subdividida nos tópicos:

- Situação física - Caracterização do Território, Climatologia e Recursos Naturais.
- Situação Demográfica - Estado da População e Movimento de População.

- Situação Econômica - Silvicultura, Caça, Pesca, Agropecuária, Indústria, Comércio, Seguros, Serviços, Transportes, Comunicações, Mercado Monetário e Financeiro, Propriedade, Consumo, Contas Nacionais e Insumo - produto.

- Situação Social - Habitação, Urbanização, Trabalho, Saúde, Previdência Social, Serviço Social, Religião e Ocorrências Anti-Sociais.

- Situação Cultural - Ensino e Cultura.

- Situação Administrativa e Política - Divisão Territorial, Administração-Pública, Justiça e Segurança Pública e Representação Política.

. Convênios Nacionais de Estatística Municipal

Até o ano de 1942, a responsabilidade da coleta das informações estatísticas cabia a Agência Municipal de Estatística, conforme o acordado na Convenção Nacional de Estatística.

Na medida em que as referidas Agências, constituíam um serviço da esfera municipal seguindo normas e orientação de cada Prefeitura municipal as diferenças de infraestrutura, condições de transportes e econômicas existentes entre estes municípios refletiam sobre a qualidade e a periodicidade dos inquéritos.

Muitos municípios não tinham tido, até esta data, condição de instalar a Agência de Estatística, embora já tivesse decorrido quase 6 anos da assinatura da convenção.

Muitas vezes, foi necessário realizar acordos com os governos envolvidos no sentido de deslocar um funcionário municipal ou pessoa da área para realizar a coleta dos inquéritos.

Em alguns municípios, foi necessário que a própria repartição regional, mandasse um funcionário seu para execução da tarefa como Agente Itinerante em vários municípios.

Assim por ocasião da 2a. guerra mundial e a consequente im -

programas e planos de trabalho dos órgãos integrantes do Sistema Estatístico Nacional sempre que se desejasse assegurar a obrigatoriedade legal de informação.

A par desse órgão máximo, seria realizada pelo IBGE, periodicamente a Conferência Nacional de Estatística (CONFEST), com o objetivo de examinar, com representantes dos Ministérios, Governos Estaduais e outras entidades públicas e privadas, produtoras ou usuárias de estatística, técnicos e especialistas em assuntos relacionados com estatísticas contínuas e censitárias, os programas das respectivas atividades, visando a alcançar, através de uma racional coordenação de esforços, o melhor atendimento das necessidades do País, nesse campo de atividades.

Em 11 de maio de 1973, com a Lei nº 5 878, iniciava-se a fase atual da Fundação IBGE.

Nessa Lei, decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, o objetivo básico do IBGE é "assegurar informações e estudos de natureza estatística, geográfica, cartográfica e social e à Segurança Nacional".

A atuação do IBGE se exerce mediante a produção direta de informações e a coordenação, a orientação e o desenvolvimento das atividades técnicas dos Sistemas Estatístico e Cartográfico Nacionais.

Para consecução do objetivo básico comentado anteriormente o IBGE atua principalmente nas seguintes áreas de competência:

I - Estatísticas Primárias (contínuas e censitárias);

II - Estatísticas Derivadas (indicadores econômicos e sociais, sistemas de contabilidade social e outros sistemas de estatísticas derivadas);

III - Pesquisas, análises e estudos estatísticos, demográficos, geodésicos e cartográficos;

IV - Levantamentos geodésicos e topográficos, mapeamento e outras atividades cartográficas;

V - Sistematização de dados sobre meio-ambiente e recursos naturais com referência à sua ocorrência, distribuição e freqüência.

A mesma Lei instituída pelo Art. 4º o Plano Geral de Informa-

ções Estatísticas e Geográficas, como um instrumento de orientação e coordenação das atividades de produção das informações destinadas à consecução do objetivo básico do IBGE.

As informações constantes do Plano a que se refere este artigo são de responsabilidade do IBGE, podendo este, para assegurar a sua exatidão e a regularidade do seu fornecimento, avocar a produção de informações compreendidas na competência de órgãos sob sua coordenação técnica.

No ano seguinte, o Decreto nº 74 084, de 20 de maio de 1974 aprovou o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas.

Tal plano compreende, pelo artigo 2º do referido decreto, "o conjunto de informações estatísticas, geográficas, cartográficas, geodésicas, demográficas, sócio-econômicas, de recursos naturais e condições do meio-ambiente, inclusive popuição, necessárias ao conhecimento da realidade física e econômica e social do País em seus aspectos considerados essenciais ao planejamento econômico e social e à Segurança Nacional".

Finalmente cabe tecer alguns comentários sobre a situação atual do Sistema Estatístico Nacional, regulado pela Lei nº 6 183, de 11 de dezembro de 1974.

Previsto no artigo 8, item XLVII, alínea u, da Constituição Federal, o Sistema Estatístico Nacional compreende as atividades estatísticas exercidas nas áreas de competência das estatísticas primárias, das estatísticas derivadas e nas de sistematização de dados sobre meio ambiente e recursos naturais, com referência à sua ocorrência, distribuição e freqüência.

Integram este sistema, todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, do âmbito federal, estadual ou municipal, e entidades de natureza privada, que exercem atividades estatísticas com o objetivo de conhecer a realidade física, econômica e social do País, visando especialmente ao planejamento econômico e social e à segurança nacional.

A atuação do IBGE no Sistema Estatístico Nacional é exercida mediante a produção direta de informações e a coordenação, orientação e desenvolvimento das atividades técnicas por ele compreendidas, em todo o território nacional.

IMPRESSO NO CENTRO
DE SERVIÇOS GRÁFICOS DO IBGE

SET